



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N.º , DE 2004
(do Sr. João Almeida)**

Solicita seja convocado o Sr. Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre possível conspiração contra o Governo, indícios, fatos e outras provas que embasam a grave denúncia, bem como providências adotadas para a apuração e punição dos responsáveis.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre os seguintes fatos:

O Jornal “Folha de São Paulo” de 01 de abril de 2004, publicou matéria sob o título “Planalto vê conspiração para destruir Dirceu e depor Lula - Ministro da Justiça diz que negociação de fita em que Waldomiro pede propina ‘parece ilegal’”:

“Designado como porta-voz do governo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, definiu ontem como “conspiração” a reunião entre o subprocurador-geral da República José Roberto Santoro e o empresário de jogos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O único objetivo de Santoro seria “destruir o ministro José Dirceu [Casa Civil] e derrubar o governo Lula”.

“Havia, de fato, e a fita [com os diálogos] denota isso, uma espécie de conspiração. Para quê? Para apurar o caso Waldomiro? Para descobrir delitos cometidos por essa pessoa, que é o que a fita indicava? Não. Muito mais que isso, conforme verbalizado, até num calão duvidoso, pelo subprocurador Santoro, o que se verifica dessa reunião na madrugada é que se pretendia ferrar, entre aspas, o ministro Zé Dirceu e derrubar o governo Lula, afirmou.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anteontem, o "Jornal Nacional", da TV Globo, divulgou trechos de uma conversa em que Santoro tenta convencer Cachoeira a lhe entregar a gravação em que Waldomiro Diniz, ex-subchefe na pasta de Dirceu, pede propina ao empresário de jogos em 2002. A divulgação da fita em 13 de fevereiro deu início à principal crise do governo Lula. Com os diálogos trazidos à tona anteontem, o governo pôde respirar.

"Falei com o presidente da República, ele se mostrou indignado com o conteúdo da fita, como também fiquei", disse o ministro.

Ontem, o "Jornal Nacional" divulgou novo trecho no qual Santoro diz a Cachoeira que poderia resguardar o jornalista Mino Pedrosa, assumindo o vazamento da fita com o episódio envolvendo Waldomiro. "O Mino tá doido. Eu tô com pena, que ele chegou pra mim e falou assim: "Olha, Santoro, essa... vai estourar nas minhas costas porque eu tive com a desgraçada desta fita 24 horas"."

Pedrosa afirmou que sua relação com Cachoeira, se restringe hoje a um contrato de assessoria de imprensa. "Cachoeira se comprometeu com um jornalista -que divulgou reportagem mostrando a proximidade entre Waldomiro e a GTech-, que, se fosse necessário, mostraria a fita em que Waldomiro pede propina."

Conduta de procurador - Thomaz Bastos, que advogou por 45 anos, disse que a conduta de Santoro "parece ilegal". "Toda situação descrita naquela fita parece ilegal. Ele [Santoro] não era o promotor natural, ia ouvir de madrugada, e as ameaças de baixo calão, "estou empenhado em derrubar o governo, estou empenhado em ferrarr o ministro Zé Dirceu". Havia efetivamente ali uma interação, uma conspiração que não visava ao conteúdo da fita."

Na avaliação do ministro, Santoro feriu o princípio do promotor natural, segundo o qual não se pode escolher quem se vai investigar. "Agora, essas tarefas [dos procuradores] têm que ser realizadas com imparcialidade, atendendo ao princípio da moralidade, ao princípio do promotor natural, que é fundamental, a fim de que, no Estado de Direito, no Estado republicano, escapemos do arbítrio, da possibilidade de sermos escolhidos arbitrariamente para sermos objeto de investigação, objetos de perseguição."

Thomaz Bastos concedeu a entrevista após conversar por telefone com o procurador-geral da República, Claudio Fonteles, superior hierárquico de Santoro, que pediu à Corregedoria do Ministério Público Federal para investigar a conduta do subprocurador.

"Não apenas fazer uma investigação simplesmente pericial dessa fita, mas uma apuração dessas articulações, como nós determinamos que a Polícia Federal fizesse do caso Waldomiro", frisou.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O delegado da PF Giácomo Santoro participou da conversa do subprocurador com Cachoeira. Segundo o ministro, será aberta sindicância sobre a conduta dele.”

O jornal “O Globo”, também de 01 de abril de 2004, publicou matéria sob o título “Procuradores serão investigados”:

“(...) Ministro da Justiça se diz estarrecido com o caso - Escalado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para falar sobre o caso, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, classificou como uma conspiração a pressão de Santoro sobre o bicheiro Cachoeira para que ele liberasse a fita que provocou o escândalo Waldomiro. O ministro se disse estarrecido com a gravação:

— A fita denota uma espécie de conspiração. Para quê? Para apurar o caso Waldomiro, para descobrir delitos cometidos por essa pessoa, que era o que a fita indicava? Não. Conforme verbalizado até num calão duvidoso pelo subprocurador Santoro, o que se verifica dessa reunião na madrugada é que se pretendia ferrar, entre aspas, o ministro José Dirceu e derrubar o governo.

Bastos disse que o Ministério Público deve tomar providências para punir os faltosos, assim como o governo se mobilizou para determinar as investigações sobre Waldomiro.

— O governo entende que uma atitude como a revelada na fita é muito grave, muito séria.

O ministro aproveitou o aniversário de 40 anos do golpe militar de 1964, lembrado ontem, para emendar a crítica:

— Vamos comemorar 40 anos do golpe que prejudicou enormemente a construção da cidadania brasileira. Ela vem sendo reorganizada em bases republicanas, e não em bases onde as pessoas são coagidas a dizer coisas de madrugada.

Bastos: MP fez denúncia apressadamente - As críticas de Bastos não se limitaram a Santoro. Ele condenou também o Ministério Público por ter apresentado à Justiça a denúncia do caso Waldomiro. Na ação, ajuizada na segunda-feira por Serra Azul, foram denunciados Waldomiro Diniz e dirigentes da Caixa Econômica Federal e da multinacional Gtech:

— A denúncia foi feita apressadamente, quando o inquérito não tinha ainda terminado, quando sequer a sindicância do Palácio do Planalto tinha sido juntada aos autos. Os diretores da Caixa, a maioria deles, não tinha sequer sido ouvida. Faltam laudos, faltam testemunhas para serem ouvidas.

Bastos disse ainda ter estranhado o fato de, na denúncia, o Ministério Público ter pedido o perdão judicial para Cachoeira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Não houve espontaneidade nenhuma e a lei exige para que se dê o perdão judicial a um réu que tenha colaborado eficientemente e voluntariamente — disse o ministro.

Bastos anunciou que o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, abriu sindicância para apurar a participação do delegado federal Giácomo Santoro na reunião entre José Roberto Santoro e Cachoeira. A sindicância também vai apurar os motivos que levaram o delegado a fazer uma diligência na Caixa Econômica Federal, sem mandado judicial, para recolher documentos referentes à renovação do contrato com a Gtech.

O “Jornal do Brasil”, também de 01 de abril de 2004, publicou:

“Thomaz Bastos: Fita é ‘‘conspiração’’ - Ministro sai em defesa do governo e afirma que diálogo entre subprocurador e bicheiro tinha o objetivo de destruir José Dirceu.

Quando soube do conteúdo da fita, o ministro da Justiça procurou o presidente Lula, que se mostrou “indignado” com o diálogo.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse ontem que considera uma “‘conspiração’’ contra o chefe da Casa Civil, José Dirceu, a negociação entre o subprocurador da República, José Roberto Santoro, e o bicheiro Carlinhos Cachoeira, revelada na terça-feira. Bastos foi escalado pelo governo para comentar o episódio. Na conversa gravada, Santoro insiste para Cachoeira lhe entregar as fitas em que o bicheiro negocia propina com Waldomiro Diniz.

- Toda a situação descrita naquela fita parece ilegal. Ele não era o promotor natural do caso e estava de madrugada. Além das ameaças em baixo calão, havia ali uma conspiração que não visava a apurar os crimes de Waldomiro, mas a destruir o ministro José Dirceu e a derrubar o governo de Lula, esse operário que teve 52 milhões de votos - acusou o ministro.

Ao tomar conhecimento do conteúdo da fita, Bastos entrou em contato com Lula, que “‘se mostrou indignado’’ com os fatos revelados na gravação.

O ministro da Justiça “‘desconhece’’ como legítimos os métodos usados pelo subprocurador para conseguir a fita de Cachoeira. Santoro pressionou o bicheiro, dizendo que o procurador-geral, Cláudio Fontelles, poderia chegar a qualquer momento e estranharia o horário do depoimento.

- Com todo o respeito que tenho pelo procurador Santoro, considero que a situação é grave. As pessoas não podem ser investigadas apenas porque se quer que elas sejam investigadas - afirmou.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Thomaz Bastos afirmou que tem ""grande apreço"" pelo Ministério Público, mas cobrou dos procuradores ""impeccabilidade"" nas investigações do caso Waldomiro e do contrato que a Caixa Econômica Federal firmou com a multinacional GTech, para fornecimento de insumos das casas lotéricas.

- Essas tarefas têm de ser realizadas com impecabilidade, atendendo ao princípio da moralidade - criticou.

O ministro cobrou da Corregedoria do Ministério Público que apure as razões que levaram o procurador Marcelo Serra Azul a formalizar denúncia, na segunda-feira, contra Waldomiro, dirigentes da Caixa, donos da Gtech e Rogério Buratti, ex-secretário na prefeitura de Ribeirão Preto, à época da gestão de Antonio Palocci.

- A denúncia foi feita apressadamente, o inquérito ainda não tinha terminado, sequer havia sido juntado aos autos e entregue ao promotor de Justiça - lembrou.

Outro fato ""estranho"", na avaliação do ministro, foi o ""perdão"" dado a Carlinhos Cachoeira por ter colaborado com a Justiça.

- Isso aconteceu porque ele teria colaborado espontaneamente? Basta olhar a transcrição dessa fita para ver que não. Ele foi pressionado, às três da manhã. Não houve espontaneidade nenhuma. O que se viu foi uma pressão muito forte para que ele ""colaborasse"" - afirmou Bastos.

Ressaltando que o Palácio ""tomou providências"" para apurar o caso, o ministro disse que a CPI ""diz respeito à soberania do Congresso"":

- Estamos apurando o caso Waldomiro da maneira mais ampla, mais articulada possível. Esperamos que a procuradoria apura esses novos fatos.

Thomaz Bastos comunicou o afastamento do delegado da Polícia Federal Giacomo Santoro, presente no interrogatório de Cachoeira.

- Ele já havia participado de uma busca e apreensão sem mandado judicial na Caixa Econômica - informou.

Ontem, o Jornal Nacional divulgou novos trechos da conversa entre Cachoeira e Santoro. A conversa revela que o subprocurador evitou uma operação de busca e apreensão na casa do bicheiro, em Anápolis (GO).

O mesmo Jornal do Brasil, publicou, na coluna da jornalista Dora Kramer:

"A exposição dos bastidores de um interrogatório numa investigação de corrupção no Poder Executivo põe na berlinda o Ministério Público que - já não era sem tempo - vê-se agora premido a acertar suas contas internas e a confrontar-se com os erros de conduta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

no cumprimento do seu papel constitucional de defensor dos interesses da sociedade.

É natural que o governo - como parte investigada - busque se utilizar de fatos como o da gravação do sub-procurador José Roberto Santoro, aludindo ao interrogado, o bicheiro autor da denúncia original, a possibilidade de aquela conversa vir a ser apontada como ato de conspiração política.

Tudo isso compõe o cenário da crise, mas não altera a cena que a originou: o flagrante de extorsão de um alto funcionário da Casa Civil da Presidência da República que, ficou-se sabendo depois, fez tráfico de influência a partir deste posto.

Os indícios de envolvimento da diretoria da Caixa Econômica Federal - constantes inclusive do relatório final da comissão de sindicância interna do Palácio do Planalto - mostram que as implicações resultantes daquela cena inicial ainda estão para ser esclarecidas.

É apropriada a discussão a respeito dos procedimentos dos procuradores da República, como também é pertinente o questionamento sobre a possibilidade de o governo ter-se utilizado dos instrumentos de Estado para tentar defender-se pela via da desmoralização do investigador. Tudo é motivo para debate, contendas, porfias.

Inquestionável, porém, é a crescente necessidade de o país começar a ser levado a sério e considerado, pelo poder público, como merecedor de informações precisas a respeito do que se passa no Poder Executivo - alvo de denúncias -, no Ministério Público - objeto de suspeição no que tange às ligações políticas de seus integrantes - e na Polícia Federal - sujeito de uma investigação que não anda.

Neste quadro de dúvidas e obscuridades, o recurso ao instrumento da comissão parlamentar de inquérito acaba sendo o que resta para se tentar esclarecer os fatos.

Fatos estes agora extremamente agravados pela suspeita de conspiração levantada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e corroborada por outros integrantes do primeiro escalão governamental.

Considerando a seriedade e a experiência profissional de Thomaz Bastos, é de se supor que o ministro disponha de indícios que sustentem a hipótese da conspiração e explicitem com detalhes substantivos a gravidade do conteúdo da fita adjetivado até pelo presidente da República como "gravíssimo".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Se conspiração política e motivações políticas há, obviamente existem políticos envolvidos nelas. Sem eles, a conspiração não teria finalidade prática.

Sendo assim, não estamos mais transitando no terreno das irregularidades administrativas ou do código penal. Agora o assunto é institucional, tornando a instalação de um fórum político de investigação o desdobramento natural.

De um lado, ele lançará luz à extensão das atividades de Waldomiro Diniz no governo e, de outro - o principal, de acordo com a ótica pela qual se trata agora o episódio -, permitirá o desnudamento das ações dos conspiradores, de modo a resguardar as instituições.

A própria líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, indicou o caminho de uma investigação dessa natureza, ao citar na tribuna um antigo discurso do senador José Sarney apontando ligações do procurador Santoro com o então candidato à Presidência da República e hoje presidente do PSDB, José Serra.

Como não é do feitio da senadora dizer palavras irrefletidas nem fazer insinuações sem propósito, lícito concluir que sua referência prenda-se a uma bem fundamentada suspeita de que Serra tenha instruído o procurador a produzir provas capazes de derrubar o governo.

Por isso mesmo, o maior interessado em evitar que prosperem conluios dessa natureza só pode ser o governo.

Inclusive porque os fatos podem acabar dando razão ao Palácio do Planalto, provando que Waldomiro foi vítima de uma urdidura do PSDB e sustentando a tese da restrição à independência do Ministério Público.

A CPI entra na história como o único instrumento à disposição para tratar do assunto, uma vez que ele não seria da alçada da Polícia Federal e que o Ministério Público está sob grave suspeição.

Sob nenhum aspecto a divulgação da fita do procurador com o bicheiro pode ser entendido como um fator de agravamento da crise. Ao contrário. Agora mesmo é que as coisas podem começar a se esclarecer.”

A convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o esclarecimento das denúncias de possível processo de conspiração contra o Governo, que a nosso ver é extremamente grave por atentar contra a estabilidade das instituições democráticas.

Com efeito, é da essência da Democracia, onde impera o princípio da legalidade, a inviolabilidade do direito, a vigência do denominado Estado de Direito. Além disso, a Lei nº 10.683, de 2003, estabelece na alínea “a”, do inciso XIV, do art. 27 , a “defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais”, entre as competências do Senhor Ministro da Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesses termos, é o presente Requerimento de Convocação para que o Sr. Ministro da Justiça possa esclarecer a esta Casa quais os indícios, os fatos e outras provas que embasam a sua grave denúncia, bem como quais as providências que vem sendo adotadas para a apuração, punição dos responsáveis.

Sala das Reuniões, de de 2004.

João Almeida
Deputado Federal